



os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “norte de minas”[★]

Marcos Lobato Martins^{★★}

Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

No final do século XIX, as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais experimentadas pelo Brasil estimularam diversos integrantes das elites nacionais a elaborarem propostas para o futuro do país. Em Minas Gerais, província na qual avançava nas camadas dominantes a percepção crescente de seu atraso relativo, esse debate também ocorreu. O objetivo deste trabalho é analisar alguns projetos de desenvolvimento regional formulados nas cidades de Diamantina e Araçuaí, divulgados na imprensa local, em ações da Igreja Católica e campanhas políticas. Pretende-se indicar as convergências e divergências existentes nesses projetos, bem como os aspectos que conservam relevância na atualidade. As fontes utilizadas são textos de memorialistas, matérias de jornais, documentos da Diocese de Diamantina e panfletos políticos.

Palavras-chave: Norte de Minas Gerais, projetos de desenvolvimento, elites de Diamantina e Araçuaí.

ABSTRACT

At the end of nineteenth century, political, economic, social and cultural transformations occurring in Brazil incited several members of national elites to elaborate propositions for the future of the country. At Minas Gerais, province where the crescent perception of its relative retard advanced, this debate also occurred. The aim of this paper is to analyze some regional development projects formulated in Diamantina and Araçuaí, publicized through the local press, Catholic Church actions and political campaigns. It intends to indicate convergences and divergences existent in these projects, as well as the aspects that maintain its importance today. The sources utilized are texts of memoirists, newspapers, documents of the Diamantina' Diocese and political pamphlets.

Keywords: North of Minas Gerais, development projects, Diamantina and Araçuaí elites.

★ Submetido e aprovado: setembro de 2011.

★★ Doutor em História Econômica pela USP. Professor do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700. Alfenas, MG. CEP: 37.130-000. Email: lobatohistoria@hotmail.com.



“Mas que céu pode satisfazer teu sonho de céu?”

(Manuel Bandeira, *A Morte Absoluta*)

As décadas finais do século XIX foram marcadas por transformações importantes. A perspectiva de extinção da escravidão, o desgaste do regime monárquico e o avanço da propaganda republicana, a expansão da cafeicultura nas terras do sudeste brasileiro, a modernização dos transportes e das cidades nas áreas mais dinâmicas do país, o início da maciça imigração europeia, os impactos da nova divisão internacional do trabalho nos quadros do triunfante capitalismo monopolista, a difusão e assimilação de novas ideias científicas concorreram para desencadear, no seio das elites letradas, movimento de formulação de projetos para “refundar” o Brasil. A geração de 1870 tornou-se famosa pela quantidade e diversidade de propostas que apresentou visando a orientar o desenvolvimento futuro da sociedade brasileira (ALONSO, 2002). No plano das províncias (depois de 1891, estados), também surgiram personalidades destacadas envolvidas com a construção de projetos de modernização e desenvolvimento, cuja repercussão na imprensa e nos parlamentos alcançou certa intensidade.

Em Minas Gerais, região de enorme importância na segunda metade do século XIX, as preocupações com o futuro, a modernização e o desenvolvimento adquiriram relevo considerável. Lideranças políticas, empresariais e intelectuais lançaram-se no debate sobre as potencialidades regionais, arrolaram os entraves ao crescimento provincial e alinharam propostas de ação objetivando acelerar e direcionar o crescimento mineiro. José Murilo de Carvalho, em um pequeno ensaio, afirma existir na história das Minas Gerais três vozes bem nítidas, referentes a tipos distintos de economia e sociedade, que vocalizavam projetos regionais diferentes: as vozes do ouro, da terra e do ferro (CARVALHO, 2005). A voz do ouro, predominante no século XVIII e na primeira metade do século XIX, falava de liberdade, liberdade do país, liberdade individual, representação livre dos cidadãos. Seria a voz do americanismo. A voz da terra, que comandou a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, enfatizaria a tradição, a ordem social estável, a valorização da família, o paroquialismo, o gradualismo da ação política, a preeminência do Estado. A voz do ferro, vigorosa desde os



anos 1940, estaria visceralmente comprometida com a busca do progresso, da modernização econômica. Conforme José Murilo de Carvalho, “cada uma teve seus representantes típicos. Felipe dos Santos, Tiradentes e Teófilo Otoni foram os portadores da primeira; Silviano Brandão e Bias Fortes, da segunda; Israel Pinheiro e Juscelino, da terceira” (CARVALHO, 2005, p. 56). E João Pinheiro teria sido a ponte entre a voz da tradição e a voz do progresso, na virada do século XIX para o século XX.

Esses debates sobre o desenho político, econômico e social das Minas Gerais também ocorreram na joia urbana do Alto Jequitinhonha, o antigo arraial do Tejuco, depois vila (1831) e cidade de Diamantina (1838). De início, abafados como um cochicho, no tempo do Intendente Câmara¹; depois, bastante audíveis como uma conversa de muitas vozes firmes e eloquentes, na passagem da Monarquia para a República, protagonizados pelos Felício dos Santos, pelos Matta Machado, pelos bispos Dom João Antônio dos Santos e Dom Joaquim Silvério de Souza. Debates que reverberaram mais ao norte, na distante Araçuaí, envolvendo o político e professor Leopoldo Pereira. Cada um desses interlocutores apresentou estratégias de desenvolvimento do Norte de Minas para a apreciação dos seus contemporâneos, empregando as páginas dos periódicos diamantinenses como meio de divulgação de suas ideias.

O objetivo deste trabalho é passar em revista os projetos propostos por esses norte-mineiros, apontar as semelhanças e diferenças entre eles, bem como avaliar o que, neles, se mantém atual e pode ser tomado em conta pelos que discutem, hoje, o problema do desenvolvimento local e regional no Vale do Jequitinhonha.

O cenário do Norte de Minas na segunda metade do Oitocentos

Por volta de 1850, o vasto “Norte de Minas” incluía a maior parte do território da antiga Comarca de Sabará e toda a área sob jurisdição da antiga Comarca do Serro Frio. O “Norte de Minas”, portanto, abran-

¹ O ilustrado Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes de 1800 a 1822, realizou tentativas de recuperar a mineração, fomentar a agricultura e implantar a siderurgia no entorno do Tejuco. Para mais detalhes, ver Mendonça (1958). E também Varela (2007).





gia áreas das bacias do São Francisco, Jequitinhonha e Mucuri, chegando às fronteiras da Bahia, Goiás e Espírito Santo. Embora bastante heterogêneo nas suas paisagens naturais e nos aspectos históricos, pode-se caracterizar essa “região” como espaço agropecuário e mercantil. Com base na regionalização proposta por Clotilde Paiva, o “Norte de Minas” compreendia as regiões de Paracatu, Extremo Noroeste, Sertão, Diamantina, Vale do Alto-Médio São Francisco, Minas Novas e partes do Médio-Baixo Rio das Velhas e Sertão do Rio Doce (PAIVA, 1996).

Na região de Paracatu, a mineração de ouro ainda possuía alguma expressão, mas a pecuária já se tornara a principal atividade econômica. As unidades produtivas rurais também se dedicavam à produção de mantimentos, embora em menor escala. No Extremo Noroeste, compreendendo as terras banhadas pelas sub-bacias do Urucu e do Carinhanha, a pecuária se destacava, o povoamento ainda era diminuto, muito reduzida a presença de escravos. No Vale do Alto-Médio São Francisco, a pecuária aproveitava os pastos naturais e as jazidas de salgema. Havia significativo movimento comercial ao longo da calha do rio, destacando-se os entrepostos de São Romão e Januária. A lavoura de algodão e a produção doméstica de panos também se faziam notar. O Sertão, caracterizado por populações dispersas e relativamente reduzidas, escravarias modestas e grande proporção de trabalho livre de vaqueiros e agregados, abrigava o Arraial de Formigas (atual Montes Claros). As grandes fazendas pecuaristas dominavam o cenário no Sertão, mas a lavoura de algodão era relevante, bem como as roças de mantimentos que, além de garantir a subsistência dos moradores, geravam excedentes comercializáveis. Tropas do Sertão dirigiam-se frequentemente para Diamantina e cidades da antiga área central-mineradora.

As porções leste da região de Minas Novas e noroeste do Sertão do Rio Doce (a sub-bacia do rio Suaçuí) constituíam áreas de fronteira agrícola, domínio da exuberante Mata Atlântica, percorrido por tribos indígenas. Ao redor da Serra do Gavião e da cidade de Minas Novas, havia alguma mineração de ouro e diamante, expressiva produção de mantimentos, algodão, panos rústicos e forte presença de populações camponesas. Ao redor de Salinas, Rio Pardo e Taiobeiras, as terras da caatinga receberam criação extensiva de gado e posses voltadas à economia de subsistência. A região de Minas Novas, que Clotilde Paiva (1996) classifica como de “baixo desenvolvimento”, possuía rede urba-





na menos densa, populações dispersas e menor escravaria. Já a região de Diamantina possuía alto dinamismo em função das atividades mineradoras e mercantis, sendo polarizada pelo eixo Serro-Diamantina. Seus caminhos e núcleos urbanos se mostravam bem movimentados, havia grande presença de escravos e fortunas consideráveis acumuladas nas lavras e no comércio. Clotilde Paiva classificou-a como de “alto desenvolvimento”, ao lado, por exemplo, da região Mineradora Central-Oeste (onde se situava Ouro Preto) e Sudeste (onde se situava São João Del Rei).

Entre as décadas de 1830 e 1860, ocorreu enorme frenesi na mineração na região de Diamantina, graças ao desimpedimento das lavras e aos novos descobertos de São João da Chapada e do Caeté-Mirim. Aproveitando o fim da Real Extração, mineradores e garimpeiros se estabeleceram por toda parte e, nas palavras de Joaquim Felício dos Santos, “assentaram fábricas, construíram casas de vivenda, fizeram benfeitorias de valor, e à mineração ajuntaram a agricultura”. Ainda segundo Joaquim Felício dos Santos, nesse período os garimpeiros extraíram em poucos anos mais diamantes do que a Real Extração havia conseguido no espaço de setenta anos. Conforme o memorialista diamantinense, na década de 1850 uma população estimada em cerca de 150 mil habitantes vivia direta ou indiretamente da exploração de diamantes. O município de Diamantina consumia a produção agrícola do município do Serro e parte das exportações dos municípios de Formigas, Curvelo e Minas Novas (SANTOS, 1978:377-406).

Todavia, a região de Diamantina sofreria baque violento a partir de 1870. A euforia dos grandes mineradores e das turmas de garimpeiros cedeu lugar ao pessimismo. Sobreveio uma crise dramática que se estendeu até os anos 1890. A descoberta dos diamantes da África do Sul provocou alteração profunda no mercado mundial de gemas. Verificou-se variação muito negativa nos preços do diamante, de modo que a economia da região de Diamantina foi afetada significativamente. Os serviços de lavra refluíram, o comércio decaiu, muitos mineradores e comerciantes faliram, a renda disponível contraiu, de modo que também artífices e lavradores das áreas circunvizinhas foram duramente afetados (MARTINS, 2008).

Diante da crise da economia do diamante, alguns grandes mineradores e diamantários (negociantes de pedras preciosas) investiram na in-



dústria de lapidação, tentando agregar valor ao produto das lavras. Um punhado de outros homens caminhou no sentido de fundar negócios novos: indústrias têxteis e companhias agrícolas, de comércio e navegação. No diminuto rol de empresários diamantinos, destacaram-se os irmãos Antônio e Joaquim Felício dos Santos, João, Álvaro e Pedro da Matta Machado, Josefino Vieira Machado (Barão de Guaicuí), Francisco Joaquim de Menezes (Barão de Araçuaí), Antônio Moreira da Costa (Barão de Paraúna) e Quintiliano Alves Ferreira, Barão de São Roberto (MARTINS, 2004). Ao estimular algumas famílias de Diamantina a construir novos tipos de negócios, a crise da mineração no período 1870-1890 contribuiu para gerar, pelo menos temporariamente, maior diferenciação de setores econômicos no Alto Jequitinhonha, processo que resultou, também, na clivagem de interesses no seio das elites regionais. Surgiram, dessa forma, pontos de vista e projetos diferenciados. Levados para as redações dos jornais da cidade, essas diferentes visões da região e de seu futuro tornaram-se assunto de debate na opinião pública regional, alcançando, inclusive, lugares distantes do Norte de Minas. Algo natural, dada a preeminência de Diamantina no cenário norte-mineiro dessa época.

No mesmo período 1870-1890, o município de Minas Novas experimentava os primeiros sinais perturbadores do fenômeno das migrações sazonais. As terras camponesas de distritos como Água Suja (atual Berilo), Sucuriú (Francisco Badaró) e Chapada (Chapada do Norte) começavam a se esgotar, a antiga “fartura” deixava de existir, forçando as famílias a espalhar seus filhos pelas fazendas vizinhas e/ou colocá-los em marcha, engrossando correntes de migrações definitivas (rumo à mata do leste mineiro) ou migrações temporárias (em direção às regiões cafeeiras)². A dimensão do problema aparece impressa nos jornais de Diamantina, como exemplifica a notícia seguinte, publicada em 1902:

É alarmante a saída de trabalhadores do distrito de Mercês de Arassuahy [hoje Senador Modestino Gonçalves], promovida pelos chamados turmeiros, rumo a fazendas do estado do Rio de Janeiro, atraídos pelos salários de

² Há estudiosos que sugerem que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre na Zona da Mata mineira foi possível graças às migrações sazonais de trabalhadores do Jequitinhonha. Ver Lanna (1986).



quinientos réis diários que lhes são oferecidos, além do sustento de cada indivíduo a cargo dos proprietários das fazendas. Somente nos primeiros anos do século, cerca de mil pessoas deixaram a região da freguesia em direção ao Rio³.

Dele também dá conta, em 1893, a chamada *Enquete Campista* – pesquisa organizada por David Campista, na Secretaria de Agricultura, para investigar a situação rural de Minas Gerais –, que foi respondida em tom quase apocalíptico pela Câmara de Minas Novas: as terras estariam liquidadas pelo uso contínuo, pela partilha sucessiva entre os pequenos lavradores, e a produção estaria declinando, justamente quando as primeiras secas se abatiam sobre a região⁴.

Por sua vez, a cidade de Araçuaí e seus distritos mais próximos também transitavam de uma fase de auge para uma fase de declínio. A Freguesia do Calhau, elevada a Vila de Araçuaí em 1857, e tornada cidade em 1871, possuía nessa época considerável movimento mercantil. Suas exportações de gado, carne seca, mantimentos e panos concorriam para o abastecimento da costa da Bahia, graças à navegação do Jequitinhonha. Conforme Leopoldo Pereira:

A cidade de Araçuaí era um grande entreposto de comércio. De todos os municípios vizinhos, num raio de mais de 50 léguas, convergiam para ali tropas. A mata do Peçanha mandava-lhe o toucinho, a carne de porco e o café; Minas Novas, o açúcar; Serro e Ferros, os seus cereais e o café; São João Batista (atual Itamarandiba), o ferro; e todo o Norte de Minas, suas variadas produções. (...) Ali os armazéns abarrotados de sal e outros produtos de beira-mar esperavam tropas para com elas cambiá-los pelos produtos da lavoura. Não havia no Norte de Minas tropeiro que não conhecesse a estrada do Calhau. Esse movimento comercial tocou o seu auge de 1880 a 1885, quando o descoberto do Salobo, à margem do Rio Pardo, fez confluir para ali e para Canavieiras e Belmonte uma enorme imigração de aventureiros que lá iam explorar a extração dos diamantes e o comércio. (...) Nunca essa praça vendeu tanto para Minas como então (1969:81-83).

³ Jornal *A Idéa Nova*, n. 137, p. 1. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.

⁴ Arquivo Público Mineiro. *Questionário enviado aos municípios mineiros com respostas manuscritas*, 1893.



O dinamismo agrícola e mercantil de Araçuaí, no entanto, refluíu a partir de meados dos anos 1880. As estradas de ferro Bahia a Minas, no vale do Mucuri, e Dom Pedro II, na região do Rio das Velhas, fizeram as tropas de muares mudarem de rumo: já não iam para o norte, em direção a Araçuaí, mas buscavam as estações mais próximas. Assim, fugiram da antiga Calhau os produtos da mata de Peçanha, de Ferros e Guanhões; as canoas que subiam e desciam o Jequitinhonha perderam espaço para as composições da Bahia a Minas, que corriam de Ponta de Areia (distrito de Caravelas, no litoral baiano) até Teófilo Otoni; logo em seguida, por volta de 1908, a estrada de São Miguel do Jequitinhonha a Urucu (atual Carlos Chagas), desviou o comércio da porção oriental do vale para a ferrovia. Com isso, o comércio de Araçuaí foi decaindo. E a região da mata do Leste (incluindo espaços baianos e capixabas), de terras virgens, começou a atrair toda a imigração de baianos e mineiros, em prejuízo das zonas de caatinga, cujo centro era Araçuaí. Por isso, talvez num momento de desalento, em 1911, Leopoldo Pereira sentenciou: “Araçuaí (...), apesar de seus recursos, nunca será uma grande cidade, pelo menos uma cidade moderna. Faltam-lhe para isso os principais elementos” (PEREIRA, 1969:95).

Portanto, na virada do século XIX para o século XX, não bastasse a influência dos debates de Diamantina, a “Atenas do Norte”, as elites de Araçuaí também enfrentaram a sua crise econômica, fato que as impelia a entrar na discussão sobre o futuro do “Norte de Minas” e participar da formulação de projetos de desenvolvimento regional.

O projeto liberal e industrialista: Antônio e Joaquim Felício dos Santos

Um projeto influente de desenvolvimento regional surgiu ao redor dos integrantes da família Felício dos Santos, a partir dos anos 1860. O principal formulador desse projeto foi o Dr. Joaquim Felício dos Santos (1828-1895). Diplomado em Direito na Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, em 1850, o jovem bacharel retornou a Diamantina e foi, durante alguns anos, advogado dos estratos mais pobres da população da cidade (MONTEIRO, 1994). Filiado ao Partido Liberal, Joaquim Felício destacou-se como republicano ativo e redator do periódico *O*



Jequitinhonha. Na política, elegeu-se deputado geral (1864–1866) e senador (1889), mas seu nome foi preterido por Dom Pedro II. Em 1879, tomara parte no lançamento de um manifesto republicano em Diamantina e, em 1888, organizou o Clube Republicano da cidade. Notabilizou-se também como jurista, desenvolvendo trabalho de reformador constitucional – seu projeto de Código Civil, bastante avançado, foi bloqueado pela cúpula imperial. Com os irmãos Antônio e João Antônio (primeiro bispo de Diamantina), fundou, no ano de 1876, a Fábrica de Tecidos de Biribiri, distante aproximadamente 12 quilômetros da cidade. Proclamada a República, o Governo Provisório designou Joaquim Felício para integrar a comissão que redigiria a lei eleitoral. Seu parecer, no entanto, foi rejeitado devido às franquias liberais que continha. O tribuno diamantinense elegeu-se senador constituinte federal, tendo sido escolhido, por aclamação, presidente dos trabalhos da Constituinte até a eleição do presidente efetivo. Joaquim Felício acompanhou a elaboração da Constituição de 1891, mas não a subscreveu. Em fins de 1893, amargando problemas de saúde, Joaquim Felício deixou o Senado e se recolheu em Biribiri, onde faleceu, dois anos depois.

As bases do projeto de desenvolvimento de Joaquim Felício dos Santos, inspirado no ideal “liberal-republicano”, ficaram expostas nas *Memórias do Distrito Diamantino*, que vieram a público numa série de artigos n’*O Jequitinhonha* em 1862⁵. Levantamento factual minucioso, abarcando o tempo decorrido entre os períodos iniciais de povoamento do Tejuco e a década de 1850, as *Memórias* fornecem amplo painel da história política da Demarcação Diamantina. Mais do que narração dos fatos do passado, Joaquim Felício utiliza os eventos que arrola para debater a natureza das relações entre o Estado – colonial-português e monárquico-nacional – e o povo, simbolizado pelas populações do Alto Jequitinhonha. A história de Diamantina serve como argumento em favor da adoção de determinada solução para o problema geral das relações entre Governo e Nação, além de sugerir iniciativas econômicas destinadas a promover o desenvolvimento regional.

⁵ Discussão mais aprofundada sobre as posições políticas, a visão da história regional e das propostas de Joaquim Felício dos Santos pode ser encontrada em MARTINS (2003:465–480).





Joaquim Felício não deixa escapar uma oportunidade sequer para criticar os privilégios estamentais que caracterizavam a sociedade brasileira. Descreve e denuncia o “espírito frívolo” dos membros das elites brasileiras; refere-se negativamente ao luxo perdulário, ao comportamento mesquinho, à ganância e vaidade que dominavam os governantes; abomina a discriminação que excluía negros e mulatos até mesmo da frequência a igrejas. Tais situações eram sinais da permanência, no Brasil, de sociedade dividida entre nobres e plebeus, na qual apaniguados e protegidos do Governo oprimiam imensas maiorias de gente pobre. A Lei estaria a serviço das minorias e descolada dos interesses da população, constituindo espaço para a prática contumaz de casuísmos. A ordem legal brasileira seria ilegítima e eivada de distorções, por isso mesmo instável, não possuindo as qualidades da impessoalidade e da universalidade.

Por outro lado, Joaquim Felício considerava inteiramente prejudicial à Nação a maneira de agir do Governo. O redator d’*O Jequitinhonha* não aprovava a intervenção do Estado na vida das pessoas, nem os rigores do Fisco, cuja voracidade ele denunciou veementemente. Conforme suas palavras, referentes ao período colonial, “a sorte dos povos era indiferente ao governo, quando se tratava dos interesses da fazenda. Devia-se deixar ao povo os únicos meios de subsistência: o mais se lhe tomava a bem da metrópole” (SANTOS, 1978:135). O Fisco, transformado em símbolo do Estado intervencionista, prolixo em regulamentações, taxações e iniciativas empresariais, conduzia, na maioria das vezes, à “miséria pública”. Joaquim Felício não perdoava as “vistas acanhadas do governo” que tentou, ao longo de toda a história da Demarcação Diamantina, substituir a iniciativa privada dos mineiros pela exploração estatal do diamante, com resultados precários. Era preciso reagir a isso, fazer guerra aos excessos do Estado, abrir espaço para a iniciativa privada.

As *Memórias* trazem grande número de considerações a respeito dos vícios e resultados funestos produzidos pela centralização administrativa. Joaquim Felício ressaltava a imensidão territorial brasileira e a diversidade das regiões e dos municípios do país, fatores que jogavam por terra a possibilidade de, por meio de disposições gerais, prover “a todos os interesses variados e muitas vezes contrários, que pedem providências particulares” (SANTOS, 1978:151). Nesse sentido, ele julgava ser necessário buscar o equilíbrio entre o que chamava de “governo representa-





tivo” e a “atividade local”. Os municípios deveriam gozar de maior autonomia, pois “trabalhando livre e desembaraçadamente para o progresso e desenvolvimento parcial, muito teriam coadjuvado o progresso e desenvolvimento geral”.

Ao tocar na questão das municipalidades, é clara a intenção de Joaquim Felício: criticar a acachapante centralidade do Rio de Janeiro, que se arvorara na direção monopolística da vida política, econômica e cultural do país. Nessa crítica, o senador diamantinense perfilou-se à tradição presente no Serro e na Diamantina desde a década de 1830, quando teve início a carreira política de Teófilo Otoni. Tratava-se de visão específica sobre o desenvolvimento do Brasil que ganhou corpo entre políticos e homens de negócio da região, favorável a maior autonomia perante o Rio de Janeiro que conformaria economias regionais diferenciadas, embora articuladas. Para isso, os negócios do vasto “Norte mineiro” não poderiam continuar rigidamente subordinados ao “monopólio carioca”, convindo explorar as possibilidades abertas pela navegação no rio São Francisco e pela construção de uma ligação com o litoral baiano pelo vale do Mucuri, de modo a dotar o “Norte” de seu porto marítimo (SOUZA, 1993).

Vale, a propósito, transcrever as palavras de Joaquim Felício sobre o peso descomunal do Rio de Janeiro na organização política do país:

Bem sabemos que um poder fracionado perde muito a sua força e torna-se mais ou menos inábil para promover os interesses gerais; mas não é isso razão para se conferir ao centro uma força exagerada, exorbitante, em prejuízo da atividade local. O governo representativo ainda é um ensaio de organização social, que fizemos ao sair do despotismo da monarquia; cumpre que não nos iludamos preconizando-o como a forma definitiva, o ideal dos governos (SANTOS, 1978:151).

O tribuno republicano diamantinense parece preconizar certa disposição para o experimentalismo político. Para o âmbito do município, a adoção de fórmulas institucionais que privilegiassem mecanismos de democracia direta; quanto ao governo central, Joaquim Felício recomenda submetê-lo a controles que emanassem dos níveis locais de governo, dos cidadãos livremente organizados nas cidades, a começar pela eleição direta.





No plano econômico, as *Memórias* preconizavam: a) a reforma completa dos impostos, que deveriam ser gerais e proporcionais às posses de cada um; b) o investimento na preparação profissional dos trabalhadores, incluindo os mineradores e os agricultores; c) a adoção e o desenvolvimento de tecnologias para aumentar a produtividade e os lucros na economia; d) a melhoria dos meios de transporte e comunicação, pois que as “localidades [estavam] quase que isoladas umas das outras e do centro geral” e; e) o apoio regional decidido aos setores industriais (têxtil e siderúrgico). Assim, por exemplo, Joaquim Felício referiu-se aos maus resultados da exploração da lavra da Grupiara, ponto mais elevado da vertente oriental do Morro de Santo Antônio, rica jazida de ouro, nos seguintes termos:

(...) Por falta de recursos e conhecimento do sistema de mineração por meio de minas e galerias subterrâneas, seus veios nunca foram explorados. Dr. José Vieira Couto, encarregado pela Rainha D. Maria de fazer exames mineralógicos e metalúrgicos na Capitania de Minas Gerais em 1796, lastimava com justa razão a ignorância dos mineiros, incapazes de fazer qualquer trabalho importante. O que ele então dizia é aplicável ao nosso estado atual; porque nossa ignorância, nossos erros infelizmente ainda são os mesmos, e nenhum passo temos dado no conhecimento da mineralogia e na arte de minerar (SANTOS, 1978:142-143).

Joaquim Felício chamava a atenção de seus concidadãos para o fato de que faltava à economia regional capacidade de agregação de valor, de alongamento das cadeias produtivas, o que não se conseguiria sem domínio e desenvolvimento de determinadas tecnologias. Mais uma vez, ele recorreu à mineração diamantífera para ilustrar seu ponto de vista, como mostra o trecho abaixo das *Memórias*:

(...) No tempo dos contratadores, quando as remessas [de diamantes] montavam de cinco a dez mil oitavas (anualmente) nem assim, estes deixavam em Portugal a utilidade que deviam deixar. Eles iam sustentar e enriquecer centenas de oficiais estrangeiros como lapidários, ourives, cravadores e outros muitos, que se ocupavam em preparar máquinas e mais instrumentos precisos à labutação desta manufatura, enquanto os portugueses, mortos de fome, conservavam-se ociosos (SANTOS, 1978:106).



A ênfase na indústria é ainda maior no pensamento de Antônio Felício dos Santos, grande minerador, empresário e político, que a imprimiu no Manifesto da Associação Industrial, publicado no ano de 1881. Antônio Felício foi o primeiro presidente dessa associação nacional, sediada no Rio de Janeiro, sinal de seu prestígio na Corte. O referido Manifesto principiava pela crítica do livre-cambismo e da voragem fiscal do Governo⁶. Sua preocupação central era a de derrotar a ideia de que o Brasil estaria fadado a ser exclusivamente agrícola, e apelava aos dirigentes nacionais para que criassem ambiente propício para a cultura industrial. Para tanto, seria preciso adotar o regime protetor da indústria, moralizar as classes pobres pelo trabalho e pela educação industrial, atrair e assimilar imigração peregrina de operários e pequenos capitalistas, favorecer o desenvolvimento das cidades. Na companhia do irmão Joaquim, ao participar de iniciativas de fundação de fábricas e escolas no município de Diamantina, Antônio Felício dos Santos tentou aplicar a proposta contida no Manifesto na região do “Norte mineiro”⁷.

O projeto de desenvolvimento regional proposto pelos irmãos Felício dos Santos era industrialista, de base urbana, preocupado essencialmente com a diversificação da produção econômica, pois considerava terríveis as consequências que resultavam das baixas no valor ou na produção do quase exclusivo gênero de exportação brasileiro – o café –, ou regional – o diamante. Também exigia a renovação completa das práticas políticas e a transformação social, necessárias para que se lograsse repor “a pirâmide social em equilíbrio estável, apoiando-se sobre a base e não sobre o vértice”⁸. Desconcentração da riqueza, democratização das instituições, encorajamento do exercício da liberdade individual, apoio ao ensino e à ciência, proteção da manufatura: esses eram os principais meios que os irmãos Antônio e Joaquim Felício dos Santos julgavam adequados para o país e a região norte-mineira avançarem.

⁶ O Manifesto pode ser encontrado em BONAVIDES & AMARAL (2002:723-726).

⁷ Assinale-se, de passagem, o parentesco da proposta de Antônio e Joaquim Felício dos Santos com as ideias do Secretário da Fazenda dos Estados Unidos, Alexander Hamilton, com seu *Reports on Manufactures*, de 1791, à base do argumento da “indústria nascente”, viabilizadas em 1816 pelo Tariff Act.

⁸ Editorial de *O Jequitinhonha*, do dia 29 de novembro de 1869.

O projeto agrarista: irmãos Matta Machado e Leopoldo Pereira

Outro projeto para o desenvolvimento regional surgiu da experiência adquirida pela família Matta Machado com empreendimentos agrícolas, de navegação fluvial, curtumes e produção de charque, indústria vinícola, fábrica de tecidos e exploração florestal (madeiras e borracha de mangabeira)⁹. O principal formulador dessa segunda proposta foi o Dr. Pedro da Matta Machado (1865-1944), promotor de Justiça, político, professor, industrial (fundador e gerente da Fábrica de Tecidos Santa Bárbara, localizada no distrito de Curimataí, hoje pertencente ao município de Augusto de Lima). As linhas mestras do projeto foram sistematizadas e amplamente divulgadas na carta distribuída aos eleitores do 6º Distrito de Minas Gerais, em outubro de 1894¹⁰. Nesse documento, o então candidato ao Senado estadual elencou as prioridades que norteariam sua ação política: educação profissional, acesso facilitado ao crédito, imigração, transporte ferroviário e agilização da Justiça.

No campo da educação escolar, Pedro da Matta Machado pleiteava o fortalecimento do ensino primário e a criação de uma rede de escolas profissionais, que difundiriam os “métodos científicos da agricultura e da criação”. Esses institutos profissionais e técnicos facilitariam o aproveitamento das imensas riquezas naturais do Norte de Minas. As próprias escolas primárias, que deveriam ser bastante multiplicadas para atender as necessidades da população regional, deveriam combinar o ensino das primeiras letras com rudimentos de agricultura e pecuária e, para o Dr. Pedro da Matta Machado, conviria ajustar o calendário dessas escolas com a faina agrícola das famílias norte-mineiras. Para enfrentar o problema da falta de crédito, que impedia o crescimento dos agricultores e pecuaristas, Pedro da Matta Machado sugeria “a criação de pequenos

⁹ Uma análise dos negócios e empresas dos Matta Machado encontra-se em MARTINS, Marcos Lobato. Os Matta Machado de Diamantina: negócios e política na virada do século XIX para o século XX. *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2008. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008.

¹⁰ Ver *O Dr. Pedro da Matta Machado ao corpo eleitoral do 6º Distrito de Minas Gerais*. Diamantina: Oficinas Tipográficas da *Cidade Diamantina*, 1894. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.



bancos que facilitem o crédito e a aquisição de instrumentos indispensáveis à lavoura”¹¹. Nesse ponto da carta aos eleitores, o industrial diamantinense expõe suas simpatias pelo cooperativismo e se compromete a defender as iniciativas de implantação de cooperativas de crédito e de produção no território do distrito eleitoral. Pedro da Matta Machado propunha ainda, para acelerar a modernização da agropecuária regional, a “urgente e indispensável promoção da imigração facilitada pelo Estado”¹². Não se tratava de indisposição ou preconceito contra o trabalhador nacional, mas da crença de que o imigrante europeu seria peça importante na introdução de novos produtos, técnicas e valores culturais que contribuiriam para a modernização do campo norte-mineiro. O candidato diamantinense ao Senado estadual acreditava no papel de estímulo da economia que os projetos de colonização, especialmente quando conduzidos pela iniciativa privada, poderiam desempenhar.

Mas, para isso, cumpria atacar o problema da interligação das cidades da região e colocá-las em contato direto com as áreas dinâmicas do centro-sul do país. O que implicava no esforço de melhorar os meios de transporte no Norte de Minas, com o desenvolvimento da viação férrea e fluvial. Pedro da Matta Machado se juntava, assim, aos políticos e homens de negócio que lutavam pelo ramal ferroviário de Diamantina e, também, pelo avanço dos trilhos da Central do Brasil rumo ao vale do São Francisco e da fronteira baiana. Por fim, a economia regional necessitava, segundo Pedro da Matta Machado, da agilização da Justiça porque os negócios não poderiam prosperar num ambiente em que as pendências só são resolvidas a muito longo prazo. O futuro senador comprometia-se a lutar pela criação de novas Relações (tribunais de segunda instância) no Norte e no Sul do estado.

O programa do Dr. Pedro da Matta Machado, exposto nos jornais *A Idéia Nova* e *Cidade Diamantina*, era francamente agrarista e criticava de forma aberta a industrialização brasileira. Ele dizia que a República repetia o erro do Império, ao prosseguir na “cópia servil das brilhantes civilizações industriais”. Segundo o parlamentar diamantinense, a República agravava os problemas econômicos e sociais brasileiros ao procurar:

¹¹ O Dr. Pedro da Matta Machado ao corpo eleitoral do 6º Distrito de Minas Gerais, 1894, pp. 7-8.

¹² O Dr. Pedro da Matta Machado ao corpo eleitoral do 6º Distrito de Minas Gerais, 1894, p. 8.



Criar, por meio de tarifas proibitivas, a nação industrial. O protecionismo que copiamos, hipertrofiando-o, teve êxito relativo na América do Norte e em algumas nações da Europa porque esses países reuniam condições do estádio industrial – densidade de população, acúmulo de capitais, abundância de matéria-prima, facilidade de transporte, largo consumo – e possuíam já uma indústria própria. A esse organismo, naturalmente criado, foi que a tarifa procurou beneficiar. Esta não faz o milagre de transformar uma nação agrícola em industrial, mas tem o funestíssimo poder de obstar o surto natural da agricultura e de aniquilar as indústrias legítimas, coetâneas do período agrícola. Absorvendo grandes capitais e impondo enormes sacrifícios ao consumidor, as indústrias fictícias elevam artificialmente os salários e os capitais circulantes, e desviam recursos destinados à lavoura, à pecuária, à fiação e tecelagem e indústrias congêneres que desabrocham com a agricultura¹³.

Nesse ponto, encontra-se a diferença essencial entre as propostas de desenvolvimento formuladas por Pedro da Matta Machado e os irmãos Felício dos Santos. Para o primeiro, desenvolver o Norte de Minas significava potencializar sua agropecuária, diversificar a produção primária, aumentar a produtividade nas fazendas e nos sítios, tanto pelo concurso do trabalho imigrante quanto pela melhoria profissional do agricultor nacional. A promoção da agricultura comercial na região, voltada para o abastecimento de Minas e do Brasil, era a opção estratégica preferida por Pedro da Matta Machado. Escolha que revela sua afinidade com o pensamento de João Pinheiro da Silva, que fora Presidente de Minas Gerais em 1890 e se destacara na organização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903. Como se sabe, a ênfase na diversificação e modernização da agropecuária mineira foi o centro da ação governamental nas primeiras décadas do século XX (DULCI, 1999).

¹³ MATTA MACHADO, Pedro da. *Civilização artificial*, obra dedicada ao Ex. Sr. Dr. Wenceslau Braz. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914, p. 6-7. Note-se que, nos anos 1940, posição similar seria adotada pelo Prof. Eugênio Gudín, num artigo intitulado “Industrialização panacéia”: “A industrialização *per se* não assegura de forma alguma um aumento da renda real *per capita*... Mas se a industrialização se processa com mão de obra que se tornou supérflua no setor agrícola, por melhoria de sua produtividade, e se ela dispõe da capacidade técnica e administrativa para uma produção eficiente, não há dúvida de que ela representa um excelente elemento de reforço estrutural da economia e dos países de produção primária” (GUDIN, 1965).

Cerca de 50 léguas ao norte, na confluência do ribeirão do Calhau com o rio Araçuaí, o debate que agitava Diamantina reverberou na cidade que havia sido fundada por meretrizes e canoieiros em terras de Luciana Teixeira¹⁴. No meio das *catíngas*, Araçuaí também entrou na conversa sobre o futuro do Norte de Minas, por meio da voz de Leopoldo Pereira (1868–1932). Professor, latinista, colaborador dos jornais *Itambé* (Diamantina) e *Mucury* (Teófilo Otoni), Agente Executivo Municipal da cidade no fim dos anos 1890 e início dos anos 1900, Leopoldo Pereira apostava que o desenvolvimento regional dependeria da agropecuária e da mineração. Mas o progresso e a civilização somente seriam alcançados se três obstáculos fossem rapidamente removidos: a) a carência de estradas e transportes modernos; b) o descaso do Estado com a região e; c) a utilização predatória pelo sertanejo dos recursos fornecidos pelo ambiente. É o que se depreende da leitura da corografia redigida pelo político e professor em 1911.

Para Leopoldo Pereira, o território do vastíssimo município de Araçuaí prestava-se especialmente para a lavoura e a criação de gado, bem como para a indústria mineradora. A pecuária estava fadada a ser uma das principais riquezas da economia regional. O gado de corte criado em todos os distritos de Araçuaí competiria com vantagens na Bahia e em Minas Gerais. A lavoura de algodão, de bom rendimento nas terras cobertas pelas *catíngas*, teria mercado futuro garantido, em função da expansão da indústria têxtil mineira e nacional, inclusive nos municípios vizinhos de Curvelo e Diamantina. Até mesmo a tradicional produção doméstica de panos grossos de algodão – os afamados “cobertores de Minas Novas”, característicos do distrito de São Domingos (atual Virgem da Lapa) – deveria ser incentivada, uma vez que esses tecidos fabricados em rocas e teares, pelo trabalho alegre e dedicado de mulheres em *serões*, eram bem recebidos nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro (PEREIRA, 1969:100–102). A produção de mantimentos nas terras da *mata*, correspondentes às porções orientais do Vale do Jequitinhonha, deveria ser estimulada com vistas ao abastecimento de Minas e da Bahia. Justamente na *mata*, nos distritos de São Miguel (atual Jequitinhonha), Vigia

¹⁴ Esta versão lendária da fundação de Araçuaí é atribuída a uma interpretação de passagem do relato de viagem de Auguste de Saint-Hilaire pela área, no ano de 1817, e é reproduzida pelo próprio Leopoldo Pereira. Ver SAINT-HILAIRE (1975) e PEREIRA (1969).



(atual Almenara) e Salto, o extrativismo florestal também se apresentava, conforme Leopoldo Pereira, como fator de desenvolvimento: as madeiras, a borracha de mangabeira, o óleo de copaíba e a poaia poderiam gerar bom movimento em diversas partes da região. E a mineração teria muito a contribuir para o crescimento da economia do Norte de Minas, já que haveria jazidas expressivas praticamente inexploradas: grafite, ouro, diamante, pedras preciosas.

Todavia, o projeto de fazer do Médio Jequitinhonha celeiro destacado para o abastecimento mineiro e baiano exigiria reforma das técnicas agropecuárias, substancial e modernizadora. Leopoldo Pereira considerava inadequados os métodos empregados pela lavoura e criação tradicionais. No caso da pecuária, os fazendeiros da região “não tiram dela senão metade de seu proveito. Não utilizam o leite para coisa alguma. Apenas algumas pessoas o aproveitam em pequena parte, para fabricar requeijões. O que eles querem é a novilha para criar e o novilho para a engorda e comércio” (PEREIRA, 1969:70). Relativamente ao extrativismo florestal, o Agente Executivo de Araçuaí estava preocupado com a dilapidação dos recursos, decorrente da lógica imediatista que presidia a exploração. Nas palavras de Leopoldo Pereira:

A maneira irracional (...) de obter o óleo de uma [copaíba] e o leite de outra [mangabeira] será razão para que dentro de algum tempo se esgotem estas duas fontes de riqueza. Não se faz ali cultura de planta alguma que forneça a borracha: o sertanejo está exaurindo primeiro as fontes naturais. (...) Uma grande riqueza seriam futuramente as madeiras, que os habitantes estão destruindo despiudadamente (1969:67-68).

Analogamente, a mineração de ouro, diamante e pedras preciosas estaria limitada pelo apego à bateia, ao almocafre e ao carumbé. Seria necessário empregar instrumentos e técnicas mais modernos, bem como organizar serviços de lavra em bases mais empresariais. Já a agricultura regional, além de diversificar-se, teria de alterar completamente seus métodos. Substituir a coivara pelos manejos preservadores do solo e da vegetação natural. Leopoldo Pereira é enfático na denúncia da desertificação do Norte de Minas, cujos efeitos econômicos e sociais seriam sobejamente negativos. O sertanejo estaria inviabilizando a reprodução





da sociedade regional, no tempo e no espaço. As palavras do Agente Executivo a esse propósito são duras:

(...) O vasto planalto do Norte de Minas é formado de chapadas áridas, secas, quase nuas, porque sua vegetação (...) pode-se considerar nula. Só os vales dos rios são ensombrados por florestas; porém estas o sertanejo bárbaro tem destruído a ferro e fogo; e a sua obra de devastação vai já tão adiantada que talvez apenas um décimo das matas reste ainda. (...) Parece que o interior do Brasil está fadado a tornar-se um deserto, talvez não tanto, porém aproximadamente como o Saara. É um imenso maciço, não penetrado por mares, como a África; já de natureza coberto de campos gerais e chapadas, e cada vez mais assolado e desnudado pela devastação das florestas. (...) O machado do lavrador e o fogo das queimadas estão esterilizando o Norte de Minas, ou aliás, todo o País. Eu denuncio o fato e peço providências (PEREIRA, 1969, pp. 55-56)¹⁵.

Para lograr a melhoria dos padrões da agricultura, da pecuária, da mineração e do extrativismo florestal, Leopoldo Pereira não via outro caminho senão a paciente educação do “caboclo rústico e incendiário”. Ensino primário ajustado às necessidades das dispersas comunidades rurais, argumentava ele, era o meio de atenuar os problemas da economia regional. Também não poderia faltar maior presença do Estado, visando a acelerar as transformações que o desenvolvimento regional requeria. Conforme suas palavras:

Em um século (pode-se dizer que menos) aquela região [o município de Araçuaí] se povoou e se civilizou até o ponto em que se acha, entregue a seus próprios recursos, quase sem auxílio e proteção dos poderes públicos: neste século que tão bem agourado vai entrando, bafejada por eles, que já lançam para lá os olhos, aquela rica e vasta região fará honra ao Estado de Minas (PEREIRA, 1969:112) ¹⁶.

¹⁵ A posição de Leopoldo Pereira filia-se à longa tradição do conservacionismo de ilustrados luso-brasileiros e brasileiros dos séculos XVIII e XIX. Ver Pádua (2002). Para visão crítica das relações entre agricultura, população e ambiente ver Ribeiro e Galizoni (1999).

¹⁶ Essa exortação à ação do Estado na promoção do desenvolvimento do Médio Jequitinhonha é ponto que distingue o projeto do Agente Executivo de Araçuaí daqueles formulados pelos diamantinenses Felício dos Santos e Matta Machado, que priorizavam a iniciativa privada.



Para Leopoldo Pereira, a primeira ação do Governo deveria ser dotar a região de estradas, rompendo seu isolamento dos mercados e aproximando as povoações sertanejas. As poucas e péssimas estradas, inadequadas até para o trânsito de tropas de muares, prejudicavam os produtores e os comerciantes, rebaixavam as capacidades locais. Nas palavras de Pereira:

O Município de Araçuaí é agrícola e pastoril, e está esperando vias de comunicação e transporte (...) para ostentar a seus pares os grandes recursos que possui. (...) O sertanejo desconfiado e retraído não aventura seus capitais em empresas de indústria. Cultiva como pode suas terras, cria seu gado, negocia na estreiteza de seus recursos, mas numa região quase deserta, sem vias de comunicação, não pode nem deseja fazer mais (1969:89).

Esse problema seria mais grave na *catínga*, porção mais distante do litoral, que ficara insulada, produzindo para si e, portanto, vivendo processo de relativo declínio¹⁷. Era preciso ligar a *catínga* aos eixos ferroviários que avançavam nos vales dos rios Doce e São Francisco, à maneira do que ocorria na área da *mata* com a construção da Estrada de Ferro Bahia a Minas. Vale ressaltar que Leopoldo Pereira vislumbrava a progressiva consolidação de novos polos comerciais no nordeste mineiro (São Miguel do Jequitinhonha, Teófilo Otoni), os quais formariam com Araçuaí uma rede de suporte para a vida operosa das populações rurais dispersas em pequenas e numerosas comunidades.

As estradas também seriam cruciais para enfrentar as oscilações de alta e baixa da produção regional, inevitáveis uma vez que grande parte do Norte de Minas sofria com as secas. Leopoldo Pereira traz o problema das estiagens para o debate sobre o desenvolvimento. Segundo ele:

Nos anos chuvosos, a produção é enorme, talvez proporcionalmente maior do que nos melhores terrenos da mata, e com a vantagem de ser mais rápida a evolução das plantas. (...) Se, porém, corre mal o tempo, está tudo

¹⁷ “Não há vias de comunicação para escoamento do excesso em tempo de abundância e importação em época de carestia. O mercado pode-se dizer único num raio de mais de 20 léguas é a cidade, mas esse mercado é insuficiente e facilmente abarrotável” (PEREIRA, 1969:84-85).



perdido, não há colheita. O solo ressequido nada produz. (...) O mantimento sobe a preços fabulosos, a população sofre, a carestia assume proporções de verdadeira fome. (...) Morre gente pelas estradas, o sol é de fogo, e a terra abrasada queima os pés descalços dos emigrantes. Depois de dois ou três anos de estiagem, vêm outros tantos de bom tempo e extraordinária fartura (PEREIRA, 1969:65-67).

As estradas e a preparação dos homens do campo possibilitariam escapar ao ciclo natural de tempos chuvosos e tempos secos, ou ao menos minimizar os impactos negativos da alternância de estações boas e más. Seria preciso adaptar as culturas e as criações, as técnicas e os manejos ao ambiente regional, aos diversos tipos de solos e climas que existem no Norte de Minas. Em linguagem moderna, pode-se dizer que Leopoldo Pereira lançava o desafio da convivência com o semiárido.

Os elementos anteriormente delineados mostram similaridades entre a proposta de desenvolvimento regional dos Matta Machado e o projeto acalentado por Leopoldo Pereira – uma espécie de utopia jeffersoniana, baseada em agricultura de abastecimento diversificada, ajustada às condições ambientais da *catanga* e da *mata*, praticada por comunidades de pequenos e médios proprietários *empoderados*, articuladas em torno de umas poucas cidades dotadas de comércio e serviços mais pujantes.

O projeto da “cidade católica”

Frente ao avanço dos ideais republicanos, do positivismo e da Maçonaria, o clero da Diocese de Diamantina (instalada em 1864) e os intelectuais ligados à Igreja delinearam seu próprio projeto de desenvolvimento regional. Projeto que foi divulgado nas paróquias, nas escolas, nas sociedades beneficentes, na imprensa, na direção da indústria têxtil norte-mineira, notadamente em Diamantina. No plano econômico, o projeto da Igreja do Norte de Minas, sob a direção de Dom João Antônio dos Santos, era bastante similar ao formulado pelos Matta Machado: agrarista, benevolente, moderadamente reformador. No plano social e político, entretanto, a Igreja lutava contra os “excessos liberais-republicanos” da proposta de Antônio e Joaquim Felício dos



Santos, ironicamente irmãos do primeiro bispo de Diamantina (NEVES, 1960). Os intelectuais católicos da “Atenas do Norte” combatiam certas novidades trazidas pela República: o individualismo, a laicização da educação e dos costumes, os valores liberais, a educação técnico-científica, o afã de modernização. Essas novidades eles reputavam nefastas, pois concorreriam para a busca exacerbada do lucro fácil e rápido, para a especulação, para a corrupção dos padrões da vida familiar, para o achincalhe das tradições, para o afastamento do povo da tutela da Igreja Católica. Assim pensavam José Augusto Neves, Padre José Carolino de Menezes e Cônego Severiano de Campos Rocha, dentre outros, cujas vozes tinham considerável alcance e influência¹⁸.

José Augusto Neves (1875-1955), professor, jornalista, funcionário dos Correios e fundador do Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio (1902), expôs os fundamentos econômicos do projeto católico no livro *Chorographia do Município de Diamantina*. A obra, impressa no Rio de Janeiro, em 1899, foi amplamente utilizada nas escolas da cidade. Nesse compêndio de geografia física, política e econômica de Diamantina, José Augusto Neves indica a agricultura como setor de atividade capaz de garantir a continuidade e expansão da riqueza no Norte de Minas. O professor assevera que “não há terreno estéril e esgotado no município, o solo conserva a sua uberdade primitiva e se presta para todos os ramos de lavoura” (NEVES, 1899:159). Lamentava, contudo, o fato de que o trabalho agrícola estava reduzido à plantação de víveres para o consumo local, empregando-se ordinariamente processos rotineiros. O uso do arado e da irrigação era ainda restrito. Quanto à pecuária, José Neves criticava o apego dos criadores aos pastos naturais e a pouca atenção dispensada ao melhoramento das raças. Esses defeitos seriam eliminados por esforços sistemáticos de educação prática do agricultor, coadjuvados pela assistência técnica a cargo de profissionais pagos pelo governo. A agropecuária regional precisava, portanto, modernizar-se para cumprir seu destino de promover o crescimento econômico do Norte de Minas.

¹⁸ Informações sobre a Diocese de Diamantina, as escolas e jornais católicos da cidade no fim do século XIX e na primeira metade do século XX podem ser obtidas em Costa (1993).



José Neves alertava, entretanto, que o fomento da agropecuária e da agroindústria de nada serviria se permanecessem as dificuldades para a produção e o comércio decorrentes da precariedade das vias de comunicação do município e da região. A carência de boas estradas era, conforme o benfeitor católico, o “[melhoramento] que tem tolhido o seu desenvolvimento industrial e agrícola” (NEVES, 1899:162). O futuro econômico de Diamantina e do Norte de Minas dependeria da integração da região na malha ferroviária do País. Sem a estrada de ferro, o “movimento mercantil” de Diamantina permaneceria lento.

Dom Joaquim Silvério de Souza, preocupado com a difusão do conhecimento técnico e com a carência de capitais entre os homens do campo, tentou semear práticas associativistas nas paróquias. Durante a realização do Segundo Sínodo Diocesano (1913), o Bispo lembrou aos párocos da região que eles tinham o dever de colocar a população a par dos problemas da agricultura:

Não percam os M. Rev^{dos} párocos ocasião de falar sobre a agricultura, mostrando que dela depende a riqueza e prosperidade do país; e procurem afastar os agricultores do sistema rotineiro de cultura, aconselhando o emprego de processos e meios mais eficazes para aumentar a produção. Para se atingir esse fim será de grande vantagem que façam larga propaganda, entre os agricultores das suas freguesias, das revistas agrícolas existentes no Brasil, bem como do Boletim do Ministério da Agricultura e dos avulsos sobre o plantio de diversos gêneros distribuídos pelo mesmo Ministério¹⁹.

Para enfrentar a escassez de crédito rural, a solução adotada pela Diocese de Diamantina foi a criação de Caixas Rurais. Com o objetivo de divulgar tal prática associativista, foi trazido à cidade o Dr. Plácido de Mello, responsável pela instalação de várias Caixas Rurais no estado do Rio de Janeiro²⁰. Uma das deliberações do Sínodo citado foi a de que “os párocos envidem esforços no sentido de fundarem, em suas paróquias, Caixas Reiffesen e outros estabelecimentos de crédito compatíveis com os re-

¹⁹ Atas e Estatutos do Segundo Sínodo da Diocese de Diamantina, p. 58. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

²⁰ *A Estrela Polar*, n. 7, 27 de abril de 1917, p. 4. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.





cursos dos lugares”²¹. Assim, em Mercês de Araçuaí (distrito de Diamantina, hoje Senador Modestino Gonçalves), no ano de 1917, instalou-se a Caixa Rural de Nossa Senhora das Mercês de Araçuaí, com sede na igreja da paróquia, presidida pelo Pe. Leopoldo da Silveira Seabra. Essa associação, que funcionou até meados da década de 1920, ofereceu pequeno montante de capitais para iniciativas modestas de agricultores e comerciantes do distrito. Todavia, as Caixas Rurais não alcançaram nem o êxito nem a difusão que delas esperava a Mitra de Diamantina.

Mais do que questões econômicas, o projeto da “cidade católica” formulado pela Diocese de Diamantina para o vasto Norte mineiro assentava-se numa palavra de ordem: a reforma da cultura popular em nome da “ilustração teológica” e do Código do Direito Canônico, a “moralização dos costumes” em toda a região. As ações de Dom João Antônio dos Santos (período 1864–1905) e de seu sucessor, Dom Joaquim Silvério de Souza (1905–1933), perseguiram esse fim denodadamente²². Cabe recapitular algumas delas para elucidar esse ponto.

Além dos educandários – Seminário Sagrado Coração de Jesus, dirigido por lazaristas franceses, e Colégio Nossa Senhora das Dores, dirigido por Irmãs Vicentinas, fundados em 1866–67 –, Dom João Antônio dos Santos criou, em 1875, a Associação Católica Diamantinense. No ano seguinte, criou a Guarda de Honra do Sagrado Coração de Jesus, emulando a Guarda Nacional. As procissões passaram a evitar a rua onde se situava a sede da Maçonaria, e as bandas de música que participaram de festas maçônicas foram impedidas de tocar em cerimônias religiosas. Em 1897, a União Operária Beneficente de Diamantina, que fora fundada em 1891 sob influência da Maçonaria, aderiu às doutrinas de valorização do trabalho de Dom Bosco, daí resultando o estreitamento de suas relações com a Diocese norte-mineira²³. Em 1903, o então Bispo Coadjutor Dom Joaquim Silvério de Souza fundou o jornal *A Estrela*

²¹ Atas e Estatutos do Segundo Sínodo da Diocese de Diamantina, p. 59.

²² Sobre as intenções e ações dos primeiros bispos de Diamantina, ver Fernandes (2005).

²³ A abrangência da Diocese de Diamantina era enorme, pois incluía a região do Rio Doce (Peçanha e Porto de Figueiras, atual Governador Valadares), do Vale do Jequitinhonha, Curvelo, Sete Lagoas, Montes Claros e grande parte do Norte de Minas. Com a criação, em 1910, da Diocese de Montes Claros, começou o processo de redução da jurisdição da Mitra de Diamantina. Em 1917, ocorreu a elevação de Diamantina a cabeça de Arquidiocese.





Polar, órgão noticioso oficial do clero diamantinense. Em 1906, foi a vez de vir a público o jornal militantemente católico *O Pão de Santo Antônio*, fundado e dirigido por José Augusto Neves. Poucos anos depois, a Diocese fundou a Sociedade Beneficente de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, entidade de ajuda mútua reunindo trabalhadores da cidade. Em seguida, Dom Joaquim Silvério de Souza fundou e difundiu as Associações de São José, que reuniam comunidades com o fim de sustentar seminaristas pobres (COUTO, 2002).

Nas fábricas e oficinas de Diamantina, a Igreja procurou ditar os rumos da organização do trabalho. A Fábrica de Tecidos de Biribiri apresentou-se, sob a influência de Dom João, como lugar emblemático de vida comunitária cristã. Nela, as moças operárias, sempre em grupo, iam do “convento” (dormitório) para o refeitório, para a fábrica, para a igreja, para o largo. Entre as operárias, a emulação era de prestígio, não monetária. O bom comportamento garantia a ascensão funcional, expressa por meio de fitas azuis, roxas, vermelhas e verdes. Os moradores de Diamantina eram incentivados a visitar Biribiri e observar seu funcionamento (LOPES & MARTINS, 1993). Dessa forma, a doutrinação era dirigida no sentido de afirmar os princípios católicos como base segura para a organização da convivência social em todo Norte de Minas.

Dom João Antônio dos Santos e Dom Joaquim Silvério de Souza difundiram as missões diocesanas, multiplicaram as visitas pastorais, trouxeram ordens religiosas para o cuidado de hospitais, colégios e orfanatos que funcionavam em diversas cidades da diocese/arquidiocese. Realizaram três Sínodos Diocesanos (1903, 1913 e 1927), por meio dos quais transmitiram aos padres e líderes católicos da região as diretrizes da Mitra de Diamantina, especialmente suas preocupações com a família, a moralidade, as migrações de trabalhadores rurais e a situação da agropecuária no Norte de Minas. Nos seus sermões, documentos e cartas pastorais, os dois chefes da Igreja de Diamantina defenderam o ensino religioso nos educandários públicos. Dom Silvério foi conselheiro do Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o Presidente do Estado que restabeleceu, em 1928, o ensino religioso nas escolas mineiras (COSTA, 1993:32).

O clero diamantinense e os intelectuais católicos do antigo Tejuco atuaram, portanto, como impulsionadores da recristianização de instituições leigas, defendendo a influência que a Igreja exercia sobre a so-





cidade regional e o Estado. Engajados no combate contra o projeto liberal-republicano, esses atores fizeram o que estava ao seu alcance para o povo norte-minerário “concordar com a Igreja” (*sentire cum Ecclesia*) e “consultar Pedro e seus sucessores” (*videre Petrum*). Nas palavras de José Augusto Neves, no manuscrito *O passado de Diamantina – reminiscência do seu centenário*, de 1938:

O homem moderno só pensa no presente e faz apenas meras conjecturas sobre o futuro, cogitando unicamente dos prazeres da vida terrena (...). O homem do passado admira as maravilhas do presente, mas considera ao mesmo tempo, a impotência da ciência para desfazer os mistérios divinos! Olha o passado e contempla o presente enganador, o presente de sua geração que caminha, descuidada, para os horrores de uma vida de dissolução, de lágrimas e de dores!²⁴

Dessa forma, fica evidente que, para José Augusto Neves e os bispos Dom João Antônio dos Santos e Joaquim Silvério de Souza, o passado e a religião poderiam fornecer aos norte-mineiros a finalidade para a vida individual e coletiva, assentada sobre a lida com a terra, o trabalho disciplinado e cooperativo.



Considerações finais

É hora de fazer um balanço dos projetos oitocentistas para o desenvolvimento do Norte de Minas formulados pelas elites letradas de Diamantina e Araçuaí. Essas propostas tomaram parte num debate mais amplo, que envolvia políticos, intelectuais e técnicos em muitas cidades brasileiras, repercutindo nas páginas dos jornais, nas tribunas dos parlamentos, nas poucas escolas superiores existentes na virada do século XIX para o século XX. As vozes de Diamantina e Araçuaí estavam bem informadas, afinadas mesmo com pontos de vistas que ganharam força no período. Tomaram partido nas polêmicas do início da República, que se seguiram ao Encilhamento e ao *funding-loan*, instrumento primordial do ajuste recessivo e ortodoxo conduzido pelo ministro Joaquim Mur-

²⁴ NEVES, José Augusto. *O passado de Diamantina – reminiscências do seu centenário*, 1938, p. 46. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.



tinho²⁵. Metalistas e papelistas, agraristas e industrialistas, livre-cambistas e protecionistas: todas essas correntes encontraram lugar entre os que, nas duas urbes do Norte, elaboraram propostas para a economia regional.

Os projetos compartilharam um mesmo diagnóstico da economia regional. De um lado, perceberam as oportunidades que o aprofundamento da integração ao mercado interno (mineiro e brasileiro) poderia propiciar aos produtores e comerciantes do Norte. Os projetos também apontaram, acertadamente, a diversificação produtiva como pilar do desenvolvimento regional, uma vez que era necessário superar a dependência excessiva do diamante, do algodão e do gado bovino que caracterizava as sub-regiões do Norte de Minas. O contraste com o modelo da Companhia do Mucuri, criada por Teófilo Otoni em 1847, é marcante. O projeto do líder serrano, inovador nos aspectos organizacionais, focava a exportação de madeira e café para o estrangeiro, bem como a implantação de colônias de imigrantes europeus (CHAGAS, 1978). Os Felício dos Santos e os Matta Machado apostavam nos extensos e capilares circuitos do comércio interno, na riqueza gerada pela produção destinada ao abastecimento – mantimentos e manufaturas demandados pela população brasileira e pela agricultura. Para trabalhar nos sítios, fazendas, oficinas e fábricas, ambos preferiram o homem sertanejo, que desejavam transformar pela educação profissional ministrada em escolas e locais de trabalho²⁶.

O tema da educação era central. Em todos os projetos oitocentistas discutidos pelas elites letradas norte-mineiras, a educação surgia como elemento crucial para se obter a modernização da região, especialmente para sustentar o crescimento econômico via aumento da produtividade do trabalho. No caso dos Matta Machado, a referência à educação era instrumental. Para os primeiros bispos e os intelectuais católicos de Diamantina, pesava mais a relação entre educação e moralização dos costumes, concebida em viés nitidamente conservador. Para Joaquim Felício dos Santos, mais que incremento da produtividade, o esforço educacional pavimentaria o caminho do Norte de Minas rumo a futu-

²⁵ Sobre as controvérsias econômicas na Primeira República, ver Abreu (1990).

²⁶ O Conselheiro João da Matta Machado Júnior, em opúsculo publicado no Rio de Janeiro no ano de 1885, intitulado *Fábrica de tecidos de algodão em Santa Bárbara (Vale do Rio das Velhas)*, escreveu que uma das vantagens do Norte de Minas era possuir “grande massa de povo moralizado e trabalhador”. Ver Machado (2006).

ro mais cidadão e democrático. Essas diferenças de ênfase – e suas consequências sobre as políticas públicas – ainda estão na ordem do dia. Continuam a exigir reflexão cuidadosa. De qualquer forma, a preocupação com a educação constitui ponto forte dos projetos oitocentistas para o Norte de Minas, elaborados em Diamantina e Araçuaí.

Por outro lado, os referidos projetos insistiram na questão dos transportes – a carência de boas estradas e de meios de transporte modernos. Este seria o grande limitador da expansão da economia regional; portanto, reivindicava-se a interligação dos núcleos urbanos sertanejos por rodovias e a ligação ferroviária com o litoral e o centro de Minas. A solução do problema do transporte seria condição necessária para alavancar o “movimento mercantil” das cidades norte-mineiras. Isso faz sentido, mas é preciso, sabe-se hoje, qualificar a questão. Não há dúvida de que o investimento em estradas e comunicações é importante para o desenvolvimento regional, produzindo efeitos locais positivos no curto prazo. Todavia, na ausência de outras políticas articuladas, a melhoria da rede de transportes tende a gerar concentração espacial dos recursos, beneficiando as maiores cidades e as metrópoles, e, por conseguinte, o declínio das áreas menos competitivas²⁷. Como mostrou a história do século XX, o Norte de Minas, uma vez atravessado por ferrovias e rodovias, enfrentaria dificuldades para resistir aos produtores e comerciantes dos centros econômicos mais dinâmicos do País.

Vale ressaltar que o projeto industrialista dos irmãos Antônio e Joaquim Felício dos Santos colocava em xeque a ideia de vocação que se transforma em potencialidades. Ao contrário, o projeto parte do princípio de que a indústria é crucial no processo de desenvolvimento de qualquer país e região, de que é preciso desenvolver as cadeias produtivas locais, adensando-as e gerando empregos de qualidade e renda. Nesse sentido, Antônio e Joaquim Felício dos Santos não referendariam nem reforçariam a divisão inter-regional do trabalho que favorece o centro hegemônico (no Brasil de hoje, o triângulo São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte). Eles não se conformariam com propostas que

²⁷ O Conselheiro Matta Machado intuiu esse problema ao escrever: existe uma “circunstância que protege a indústria da fiação naquela zona. Trata-se do custo elevado do transporte de cargas para o Norte de Minas, causador de sobrelevação de preço do pano importado do Rio de Janeiro em pelo menos 15 a 20%”. *Fábrica de tecidos de algodão em Santa Bárbara (Vale do Rio das Velhas)*, 1885, p. 12.



afiançam que, por exemplo, o Ceará será salvo pelo caju ou o Maranhão e o Piauí pelo babaçu²⁸. Posição sobre a qual se deve refletir bastante, quando hoje se debate o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha.

A atenção que Joaquim Felício dos Santos e Pedro da Matta Machado dedicaram aos aspectos institucionais é, também, elemento dos projetos oitocentistas que conserva atualidade. Eles almejavam uma sociedade aberta e de economia dinâmica, preconizavam Governo eficiente, racional, livre do controle oligárquico e dos pecados do clientelismo e da corrupção. Eles apontavam para a necessidade de boas leis e de Justiça expedita, bem como para a existência de estímulos adequados para os agentes econômicos – por isso, falaram sobre regulamentações e impostos, criticando as muitas distorções que existiam no Brasil da virada do século XIX para o XX. Joaquim Felício dos Santos batia na tecla da gestão governamental descentralizada, do fortalecimento dos municípios e, dentro deles, da construção de mecanismos de “democracia direta”. Pedro da Matta Machado, Leopoldo Pereira e a Mitra de Diamantina valorizaram o associativismo. Na literatura contemporânea sobre desenvolvimento econômico, esses temas relacionam-se com o “ambiente de negócios” e o “capital social”, variáveis decisivas para impulsionar processos virtuosos de expansão econômica (REIS, 2010).

Os Felício dos Santos e os Matta Machado compartilhavam uma visão estratégica que se tornou influente no decurso do século XX: garantir infraestrutura e recursos para empresários inovadores, estimular a incorporação de mudanças técnicas, perseguir o crescimento capaz de aumentar a demanda por mão de obra e, por conseguinte, elevar o nível dos salários e os padrões de vida regionais. Eles falavam da substituição de uma economia tradicional por outra, de caráter moderno, apoiada em vantagens comparativas representadas por recursos naturais abundantes, terras baratas, força de trabalho subvalorizada. De certo modo, esse foi o caminho da “modernização dolorosa” do campo brasileiro a

²⁸ Liana Carleial afirma: “Tem que ter estruturas produtivas nas regiões mais deprimidas como Norte e Nordeste diferentes das que temos. É preciso construir um programa de reindustrialização para o País, que privilegie as necessidades regionais, e criar mecanismos de estímulo para que as empresas instituem sede de projetos e desenvolvimento de produtos localmente/regionalmente, por mais simples que sejam esses projetos e esses produtos”. In. *Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, ano 7, n. 58, jan.-fev. 2010, p. 28.





partir dos anos 1970 (SILVA, 1982). Leopoldo Pereira inclinava-se ligeiramente numa direção distinta, influenciado pela experiência de convívio com migrantes e camponeses no Médio Jequitinhonha. Pensava em mudar as próprias atividades tradicionais para alcançar o desenvolvimento regional, por meio de mudanças técnicas ao alcance das famílias pobres e de investimentos estatais em infraestrutura. Assim, esperava o Agente Executivo de Araçuaí, haveria aumento da ocupação e da renda. O fortalecimento do tecido econômico local possibilitaria melhorar as condições de vida. Estratégia que nada tem de espetacular, mas que hoje está em evidência nos debates sobre a luta contra a pobreza rural²⁹.

Retomando José Murilo de Carvalho, pode-se dizer que os irmãos Antônio e Joaquim Felício dos Santos construíram uma síntese das vozes do ouro – a da liberdade – e do ferro – a do progresso. *Avant la lettre*, a bem da verdade. A voz da terra – a da tradição, fisiocrata – foi entoada no Norte de Minas pelos dois primeiros bispos de Diamantina e pelo séquito de intelectuais católicos que conquistaram posições de prestígio nos colégios da região. Por sua vez, os varões da família Matta Machado e Leopoldo Pereira jogaram papel semelhante ao do Dr. João Pinheiro da Silva: tentaram conciliar o processo de modernização do Norte de Minas com os padrões da política e da cultura tradicionais. Sem o radicalismo de Joaquim Felício dos Santos, “americanista” convicto, os Matta Machado e Leopoldo Pereira acenaram para a Igreja, compuseram com os “coronéis” fazendeiros, acomodaram-se na política oligárquica³⁰.

Mas houve um projeto vencedor: a voz da terra, embutida no projeto da “cidade católica”. Na primeira metade do século XX, a maioria da população de Diamantina, de Araçuaí e do Norte de Minas resistiu a aceitar inteiramente o individualismo, o laicismo, a lógica de mercado, os valores da modernidade. Ao contrário, as famílias e comunidades dispersas pela região preferiram colocar as interações sociais, a ordem

²⁹ Uma visão do debate nacional pode ser encontrada no “Dossiê Desenvolvimento Rural”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, set.-dez. 2001.

³⁰ Para Gramsci (1988), o americanismo compreendia o desenvolvimento, nos Estados Unidos, de uma sociedade baseada na atividade industrial, com formas moderníssimas de produção, racionalização da produção e do trabalho, sem a presença de grupos sociais “parasitários” (massas de mandriões e inúteis), vivendo num ambiente de livre iniciativa e individualismo econômico, nos quadros institucionais-legais do Estado Liberal.





política e as trocas econômicas sob controle das noções tradicionais de amizade, hierarquia, fidelidade, retribuição, serviço, etc. A resultante do embate entre os projetos liberais (radical e moderado) e católico assumiu componentes nitidamente conservadores. As elites de Diamantina e do Norte de Minas abandonaram as proposições mais progressistas características do discurso de Joaquim Felício dos Santos: a crítica da representação, a denúncia do parasitismo dos estamentos burocráticos incrustados no Estado, a condenação dos atravessadores e rentistas urbanos, a defesa da educação técnica e científica, a priorização da indústria, a ampliação da cidadania por meio da difusão da propriedade. A vida regional continuou subordinada aos interesses oligárquicos, enquanto a Igreja seguiu controlando a educação, a moral pública e a produção cultural.

Essa vitória do projeto da “cidade católica” foi favorecida pelo fracasso da maioria das empresas industriais (fábricas de tecidos, lapidações) e de serviços (transportes e casas bancárias) que mobilizaram a energia dos Felício dos Santos, dos Matta Machado, dos Barões de Paraúna e São Roberto, do Coronel José Neves Sobrinho. A falência desses empreendimentos modernizantes trouxe água para o moinho dos homens de negócio tradicionais do Norte de Minas, que preferiram a adaptação gradual às mudanças infinitesimais do “fluxo circular” da economia regional, aos riscos de “conduzir os meios de produção para novos canais” (SCHUMPETER, 1997). Por outro lado, a melhora do mercado do diamante, com a entrada dos compradores norte-americanos e os investimentos das companhias estrangeiras (a partir de 1897), abriu boas perspectivas para os grandes mineradores e diamantários, arrefecendo ainda mais a busca de alternativas econômicas para a região (MARTINS, 2004). O mesmo ocorreu no Médio Jequitinhonha e no Mucuri, pois a pecuária extensiva e a extração de madeira, impulsionadas pela subida dos preços em decorrência da Primeira Guerra Mundial, encastelaram “coronéis” na direção autocrática e conservadora das cidades do nordeste mineiro.

Para finalizar, convém destacar uma dimensão que perpassava alguns dos projetos examinados, visível nas formulações de Leopoldo Pereira. Trata-se da ambiguidade que muitos integrantes das elites norte-mineiras mostravam diante do *desideratum* do “progresso” e da “civilização”. Esse estado de alma Leopoldo Pereira expressou, em carta endereçada





ao Dr. Vicente Paulino, de Teófilo Otoni, datada de novembro de 1907, nos seguintes termos:

A civilização está nos batendo às portas, e com ela virá a estrada de ferro, o bonde elétrico, a máquina a vapor, o gatuno, o espartilho, o creme e o pó de arroz. A elegante sertaneja perderá as rosas das faces e a airosa curvatura do colo opulento, o povo perderá a inocência, e as chapadas perderão as suas emas e as suas perdizes (...). Então os jacintos da cidade virão conhecer o Norte de Minas, de cujos encantos só a literatura lhes terá dado notícia; mas, coitados! Não comerão a sólida feijoada do tropeiro nem essa admirável carne-seca que robustece o sertanejo, não tomarão o seu café num cuitezinho de coco bem lavado (...) Como é triste pensar que havemos de perder tudo isso, não é? (...) Os nossos descendentes ouvirão contar do nosso tempo e terão dó de nós, pobres diabos, cuja vida se passou quase na barbaria. Eles, porém, não serão tão livres e altivos como nós outros, e nem terão a rija musculatura de seus avós (PEREIRA, 1969:136-137).

Salta aos olhos a nostalgia do texto. Mas também há nele uma tentativa, talvez ingênua, simplória, até mesmo envergonhada, de relativizar os processos de modernização em curso no País. O Agente Executivo de Araçuaí parece querer dizer que os “jacintos da cidade” teriam muito a aprender com o “povo bom e hospitaleiro do sertão” quando o que está em jogo é o futuro. Que, com boa vontade, poder-se-ia discernir nas comunidades rurais sertanejas um tipo de “república” despreocupada, relativamente farta, livre, franca, ativa, virtuosa, feliz³¹. O modo de vida, os valores, os conhecimentos, as aspirações, as relações com a natureza, enfim, a cultura camponesa do sertão teria contribuições decisivas a oferecer para a formulação de projetos regionais de desenvolvimento. Esse sentimento – ou intuição – de Leopoldo Pereira sinaliza para o que, atualmente, refere-se ao debate sobre a sociodiversidade e sua relação com o desenvolvimento.

Não é esse um imperativo dos dias de hoje? Os sonhos de liberdade, fartura e alegria das comunidades rurais do Norte de Minas estarão, em surdina, ganhando força para nos surpreender? Teremos capacidade para

³¹ Algo que remete a lugares rurais de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no norte da Itália, sul da Alemanha e no sul do Brasil, como a cidade de Feliz, na serra gaúcha, a 87 km de Porto Alegre, o mais alto IDH brasileiro em 1995. Sobre desenvolvimento rural, ver: Veiga (2000) e Abramovay (2003).



ouvir estas vozes, de ontem e de hoje, e com elas formar consensos sobre alternativas de desenvolvimento local?

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana: 1889–1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002, v. II, p. 723–726.
- CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni ministro do povo*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília, INL, 1978.
- COSTA, Dom José Pedro. *Vanguardeiros*. Diamantina: Gráfica EPIL, 1993.
- COUTO, Soter Ramos. *Vultos e fatos de Diamantina*. 2. ed. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2002.
- DULCI, Otavio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- FERNANDES, Antônio Carlos. *Entre o turbulo e a chaminé: a ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. 1864–1917*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. (Dissertação de mestrado em História)
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GUDIN, Eugênio. *Análise de problemas brasileiros, 1958/1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- LOPES, Júnia Maria; MARTINS, Marcos Lobato. O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro. *Educação em revista*, Belo Horizonte, n. 17, jun. 1993, p. 11–19.
- MACHADO, Fernando da Mata (Org.). *A Companhia de Santa Bárbara: um caso de indústria têxtil em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- MARTINS, Marcos Lobato. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870–1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 3, 2008, pp. 611–638.



- MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. (Tese de doutorado em História)
- . Joaquim Felício dos Santos e a modernização republicana. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 465-480.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. (Col. Brasiliana, 301).
- MONTEIRO, Norma Góis. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano (1889-1991)*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994. v. 2.
- NEVES, José Augusto. *Chorographia do município de Diamantina*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1899.
- NEVES, José Teixeira. Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n. 20, dez. 1960, p. 49-59.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado em História)
- PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
- REIS, Cristina Fróes de Borja. Para pensar nas implicações da produção de recursos naturais no desenvolvimento econômico. *Boletim de informações da FIPE*, São Paulo, n. 355, abr. 2010, p. 24-27.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloísa (Orgs.). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Têoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Col. Os Economistas)
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Col. Agricultura e Sociedade)
- SOUZA, José Moreira de. *Cidades: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. São Paulo: ANPOCS/Marco Zero, 1993.
- VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase europeia” (1783-1800). *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, 2007, p. 150-175.
- VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

